

**Inquérito Civil n. 06.2018.00005667-6**

### **TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por sua Promotora de Justiça em exercício na 4ª Promotoria de Justiça da Comarca de Canoinhas e o **Senhor REINALDO DE LIMA JUNIOR, brasileiro, casado, contador, residente e domiciliado na Rua Alfredo Gomes de Sapucaia, 85 casa, Industrial 1, em Canoinhas/SC**, contando ainda com a presença da Tenente **GETER CRISTHIANE DAL FARRA DA SILVA**, responsável pelo Corpo de Bombeiros Militar da Comarca de Canoinhas, nos autos do Inquérito Civil n. 06.2018.00005667-6, autorizados pelo artigo 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85 e artigo 89 da Lei Complementar Estadual n. 197/2000, e:

**CONSIDERANDO** que ao Ministério Público foi dada legitimação ativa para a defesa judicial e extrajudicial dos interesses sociais individuais indisponíveis (artigos 127 e 129, incisos II e III, da Constituição Federal);

**CONSIDERANDO** que a Constituição da República Federativa do Brasil instituiu Estado Democrático destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias (Preâmbulo da Constituição da República);

**CONSIDERANDO** o conteúdo do artigo 127 da Constituição Federal, que dispõe ser o Ministério Público instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses

sociais e individuais indisponíveis;

**CONSIDERANDO** o disposto no artigo 129, inciso II, da mesma Carta Constitucional, que atribui ao Ministério Público a função institucional de zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias à sua garantia;

**CONSIDERANDO** que ao Ministério Público incumbe a defesa judicial e extrajudicial dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos do consumidor, conforme interpretação conjugada dos artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, artigo 81, parágrafo único, incisos I, II e III, do Código de Defesa do Consumidor e artigo 1º, inciso II, e artigo 5º, inciso I, da Lei n. 7.347/85;

**CONSIDERANDO** que a Constituição Federal prevê em seu artigo 6º a saúde e segurança como direitos sociais;

**CONSIDERANDO** que a Constituição Federal traz como princípio fundamental da atividade econômica a defesa do consumidor (artigo 170, inciso V);

**CONSIDERANDO** que o artigo 108, incisos II, III e IV, da Constituição do Estado de Santa Catarina atribui ao Corpo de Bombeiros Militar a incumbência de regulamentar, fiscalizar, sancionar e periciar quanto à segurança contra incêndios em edificações;

**CONSIDERANDO** o teor da Lei Federal n. 13.425/2017, da Lei Estadual n. 16.157/2013 e do Decreto-Lei Estadual n. 1.957/2013 que dispõe sobre as normas e os requisitos mínimos para a prevenção e segurança contra incêndio e pânico e estabelece outras providências;

## **RESOLVEM**

Celebrar o presente compromisso de ajustamento de conduta, de acordo com os seguintes termos:

### **1 DO OBJETO:**

**Cláusula 1ª:** O presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta tem como objeto a adequação da edificação do **HOSPITAL SANTA CRUZ DE CANOINHAS**, no que se refere ao cumprimento das normas de segurança e prevenção contra incêndio da edificação.

### **2 DAS OBRIGAÇÕES DOS COMPROMISSÁRIOS:**

**2.1 DA OBRIGAÇÃO DE FAZER (JUNTO AO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR) – HOSPITAL SANTA CRUZ DE CANOINHAS**

**Cláusula 2ª:** O **COMPROMISSÁRIO** obriga-se a apresentar junto ao Corpo de Bombeiros Militar o projeto preventivo contra incêndio devidamente atualizado e corrigido até o dia 30 de novembro de 2019 e, caso seja necessária nova alteração, compromete-se a realizá-la em até 30 (trinta) dias úteis;

**Cláusula 3ª:** Com a aprovação do projeto preventivo contra incêndio pelo Corpo de Bombeiros Militar, o **COMPROMISSÁRIO** compromete-se a executar integralmente o projeto aprovado no prazo de 7 meses;

**Cláusula 4ª:** Após a execução integral das adequações elencadas no projeto

preventivo contra incêndio, o **COMPROMISSÁRIO** compromete-se a solicitar vistoria para Habite-se no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, devendo comprovar a solicitação documentalmente ao Ministério Público;

**Cláusula 5ª:** Após a vistoria mencionada na Cláusula 4ª, o **COMPROMISSÁRIO** obriga-se a apresentar o Habite-se, no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a emissão;

**Cláusula 6ª:** Cumprida a Cláusula 2ª deste acordo, o **CORPO DE BOMBEIROS MILITAR** compromete-se a informar esta Promotoria a aprovação ou não do projeto; cumpridos os itens descritos nas Cláusulas 3ª, 4ª e 5ª, o **COMPROMISSÁRIO** se compromete a encaminhar ao Ministério Público, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, documentos comprobatórios do cumprimento integral de referidas Cláusulas.

## 2.2 DA OBRIGAÇÃO DE FAZER – CORPO DE BOMBEIROS

**Cláusula 7ª:** O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR ficará a cargo da fiscalização do cumprimento do compromisso ora firmado pelo HOSPITAL SANTA CRUZ DE CANOINHAS estando ciente, inclusive, da obrigação de, ao final, expedir o competente habite-se, caso regularizada a edificação.

## 3 DO DESCUMPRIMENTO:

**Cláusula 8ª:** No caso de descumprimento das cláusulas 2ª a 6ª, o **COMPROMISSÁRIO HOSPITAL SANTA CRUZ DE CANOINHAS** fica obrigado ao pagamento de multa diária de R\$ 500,00 (quinhentos reais), para cada uma das cláusulas, revertendo tal valor ao Fundo de Reparação dos Bens Lesados do Estado de Santa Catarina.

#### **4 DO COMPROMISSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO:**

**Cláusula 9ª:** O **MINISTÉRIO PÚBLICO** compromete-se a não adotar nenhuma medida judicial de cunho civil em face do **COMPROMISSÁRIO HOSPITAL SANTA CRUZ DE CANOINHAS** em relação ao objeto deste Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC), caso venha a ser integralmente cumprido.

**§ 1º.** Este título executivo não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, monitoramento e fiscalização de qualquer órgão público, nem limita ou impede o exercício, por ele, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares.

**§ 2º.** A comprovada inexecução dos compromissos assumidos neste Termo facultará ao Ministério Público Estadual a imediata execução judicial deste título.

#### **5 DA POSSIBILIDADE DE ADITAMENTO:**

**Cláusula 10ª:** As partes poderão rever o presente ajuste, mediante termo aditivo, o qual poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu aperfeiçoamento e/ou se mostrem tecnicamente necessárias.

#### **6 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

**Cláusula 11ª:** As partes elegem o foro da Comarca de Canoinhas/SC para dirimir controvérsias decorrentes do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC).

**Cláusula 12ª:** O presente ajuste entrará em vigor a partir da data de sua assinatura, assim como a data para contagem dos prazos nele estabelecidos.

Por estarem compromissados, firmam este Termo de Ajustamento de Conduta, em 3 (três) vias de igual teor e forma, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85.

Ficam, desde logo, os presentes cientificados de que este Inquérito Civil será arquivado em relação ao signatário, e a promoção submetida ao colendo Conselho Superior do Ministério Público, conforme dispõem o §3º do artigo 9º da Lei n. 7.347/85 e os artigos 48, inciso II, e 49, ambos do Ato n. 395/2018/PGJ.

Canoinhas, 7 de novembro de 2019.

*[assinado digitalmente]*

BIANCA ANDRIGHETTI COELHO

Promotora de Justiça

REINALDO DE LIMA JUNIOR

Compromissário

GETER CRISTHIANE DAL FARRA DA SILVA

Tenente do Corpo de Bombeiros